

1. A sociedade grega antiga

Costuma-se dizer que os primeiros filósofos foram gregos e surgiram no período arcaico, nas colônias gregas. Embora reconheçamos a importância de sábios que viveram na mesma época em outros lugares, suas doutrinas ainda estavam mais vinculadas à religião do que propriamente à reflexão filosófica. Alguns autores chamaram de "milagre grego" a passagem da mentalidade mítica para o pensamento crítico racional e filosófico, contudo não houve milagre, mas a culminação do processo gestado ao longo dos tempos.

1.1. Fatos que contribuíram para a possibilidade maior de abstração, para o nascimento do pensamento racional crítico, para uma reflexão aprimorada que tenderá a modificar a própria estrutura do pensamento, ajudando para o surgimento do pensamento filosófico:

A invenção da escrita - A consciência mítica predomina em culturas de tradição oral. A escrita, em seu surgimento, reserva-se aos privilegiados, aos sacerdotes e aos reis, mantendo o caráter mágico (ex.: hieróglifo significa "sinal divino"). Na Grécia, a escrita ressurgiu apenas no final do século IX ou VIII a.C., por influência dos fenícios, desligada da influência religiosa, sendo utilizada para formas mais democráticas de exercício do poder. Enquanto os rituais religiosos eram cheios de fórmulas mágicas, termos fixos e inquestionados, os escritos passaram a serem divulgados em praça pública, sujeitos à discussão e à crítica. Dessacraliza-se a escrita, ou seja, desliga-se do sagrado e gera nova idade. É possível a retomada posterior do que foi escrito e proporciona o distanciamento do vivido e o confronto das ideias.

O surgimento da moeda - Na época da aristocracia rural, de riqueza baseada em terras e rebanhos, a economia era pré-monetária. Os objetos usados para troca vinham carregados de simbologia afetiva e sagrada. As relações sociais, impregnadas de sobrenatural, eram marcadas pela posição social de pessoas em função da origem divina de seus ancestrais. Entre os séculos VIII e VI a.C., deu-se o desenvolvimento do comércio marítimo, decorrente da expansão do mundo grego, com a colonização da Magna Grécia (atual sul da Itália e Sicília) e da jônia (hoje litoral da Turquia). O enriquecimento dos comerciantes acelerou a substituição de valores aristocráticos por valores da nova classe em ascensão. A moeda, inventada na Lídia - região da atual Turquia -, apareceu na Grécia por volta do século VII a.C., vindo facilitar os negócios e impulsionar o comércio. Com o recurso da moeda, os produtos que antes se restringiam ao seu valor de uso passaram a ter valor de troca. Emitida e garantida pela pólis, a moeda promove a democratização de um valor, e a superação dos símbolos sagrados e afetivos, pois representa uma convenção humana, noção abstrata de valor que estabelece a medida comum entre valores diferentes.

A lei escrita - Legisladores - Drácon (séc. VII a.C.), Sólon e Clístenes (séc. VI a.C.): a justiça, até então dependente da interpretação da vontade divina ou da arbitrariedade dos reis, tornou-se codificada numa legislação escrita. As reformas da legislação de Clístenes fundaram a pólis sobre nova base: a antiga organização tribal foi abolida e estabeleceram-se relações que não mais dependiam da consanguinidade, mas eram determinadas por uma organização administrativa. Essas modificações expressam o ideal igualitário que preparava a democracia nascente, já que a unificação do corpo social aboliu a hierarquia fundada no poder aristocrático das famílias, que se assentava na submissão e no domínio. A pólis buscava garantir a isonomia, a igualdade do direito da palavra na assembleia. O nascimento da pólis (por volta dos sécs. VIII e VII a.C.) é um acontecimento decisivo por ter provocado grandes alterações na vida social e nas relações humanas. A originalidade da pólis é que ela estava centralizada na ágora (praça pública), espaço onde se debatiam os problemas de interesse comum. Separavam-se na pólis o domínio público e o privado: isso significava que ao ideal de valor de sangue, restrito a grupos privilegiados em função do nascimento ou fortuna, se sobrepunha a justa distribuição dos direitos dos cidadãos como representantes dos interesses da cidade. Desse modo era elaborado o novo ideal de justiça, pelo qual todo cidadão tinha direito ao poder. A noção de justiça assumia caráter político, e não apenas moral, ou seja, não dizia respeito apenas ao indivíduo e aos interesses da tradição familiar, mas à sua atuação na comunidade.

A consolidação da democracia - Embora os regimes oligárquicos não tenham sido extirpados, em muitas pólis consolidaram-se os ideais democráticos. Entre elas, Atenas é um modelo clássico. O apogeu da democracia ateniense ocorreu no século V a.C., quando Péricles governava. Os cidadãos livres, ricos ou pobres, tinham acesso à assembleia. Tratava-se da democracia direta, em que não eram escolhidos representantes, mas cada cidadão participava das decisões de interesse comum. No entanto, quando falamos em democracia ateniense, é bom lembrar que a maior parte da população se achava excluída do processo político, tais como os escravos e os estrangeiros (metecos), mesmo que estes fossem prósperos comerciantes. Aliás, quanto mais se desenvolvia a ideia de cidadania, com a consolidação da democracia, a escravidão representava ainda mais um contraponto indispensável, já que ao escravo eram reservadas as tarefas dos trabalhos manuais e das atividades diárias de sobrevivência. Apenas entre 10 a 14% de cidadãos propriamente ditos capacitados para participar das discussões na ágora. O hábito da discussão pública, na ágora, estimulava o pensamento racional, argumentativo, mais distanciado das tradições míticas.